



# CLIPPING



7 e 8 de  
JANEIRO  
2023



**HABEASDATA**  
Raul Luiz Ferraz Filho



Use a câmera do seu celular para acessar o conteúdo multimídia.

### PRESIDÊNCIA DO TRE-PA

● O desembargador Leonan Gondim da Cruz Junior foi eleito presidente do TRE-PA para o biênio 2023/2025.

### CARREIRA

● O desembargador Leonan Cruz é egresso da OAB e ingressou no TJPA por meio do quinto constitucional em 2008.

### ESCRITOR

● Além de jurista, é autor de vários livros sobre direito e outros temas, e é membro da Academia Paraense de Letras.

### SOB NOVA PRESIDÊNCIA

● Em 2023, a Seção de Direito Penal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ficará sob a presidência da desembargadora Eva do Amaral Coelho.

A Primeira Turma de Direito Penal será presidida pela desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias e é composta pelas desembargadoras Vânia Lúcia Carvalho da Silveira e Maria Edwirges de Miranda Lobato.

A segunda Turma de Direito Penal será dirigida pela desembargadora Vânia Valente Couto Fortes Bitar Cunha e composta pelos desembargadores Rômulo Ferreira



**Desembargador** Leonan Cruz vai presidir o TRE-PA pelo biênio 2023/2025



**Seção** de Direito Penal do TJ-PA será presidida pela desembargadora Eva do Amaral

Nunes, decano do TJPA, e pelo desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior.

A terceira Turma de Direito Penal, por sua vez, terá como presidente a desembargadora Kédima Pacífi-

co Lyra e, como membros, a desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior e desembargadora Eva do Amaral Coelho.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

- A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu a tese de que a sentença trabalhista homologatória de acordo somente será considerada início válido de prova material, para os fins do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei 8.203/1991, quando estiver baseada em elementos probatórios contemporâneos aos fatos alegados, aptos a evidenciar o exercício da atividade laboral, o trabalho desempenhado e o respectivo período que se pretende ter reconhecido em ação previdenciária.
- **Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que, em caso de cargos constitucionalmente acumuláveis, não se aplica a proibição de acumulação de aposentadorias e pensões. A decisão se deu no julgamento do Recurso Extraordinário 658999, Tema 627 da repercussão geral.**
- Em notícia no site do INSS, é esclarecido que neto não tem direito a pensão por morte. A legislação da Previdência Social estabelece como dependentes de um segurado o cônjuge, a(o) companheira(o) e os filhos menores de 21 anos ou inválidos. Na ausência de pessoas nessas condições, podem ser considerados dependentes os pais ou os irmãos menores ou inválidos, desde que comprovada dependência econômica.
- **Entretanto, se o neto for um menor tutelado, ou seja, se o avô ou a avó tiver sido nomeado judicialmente tutor da criança, o neto poderá receber a pensão por morte. Isso porque os menores tutelados que não possuem bens suficientes para seu sustento são equiparados aos filhos, passando a ter os mesmos direitos do ponto de vista previdenciário.**
- Para evitar discriminação, o portal jurídico deve excluir dados de autor de ação trabalhista. A Justiça Federal determinou a uma empresa responsável por um portal de notícias jurídicas na Internet que retire, imediatamente, de suas publicações os dados sigilosos do autor de uma ação trabalhista, a fim de evitar a inclusão em listas discriminatórias. A decisão é da 4ª Vara Federal de Florianópolis, em procedimento do juizado especial cível.

**RD** REPÓRTER  
DIÁRIO

A morte de Valentina de Andrade, no sábado (31), em Londrina (PR), aos 91 anos, reavivou memórias do célebre caso dos emasculados de Altamira, que foi alvo de uma série de reportagens da TV RBA, primeiro órgão de imprensa a cobrir a história no início dos anos 90. Os crimes envolviam assassinatos e mutilações de meninos. Apesar das denúncias, Valentina foi julgada e absolvida por insuficiência de provas. Pesava contra ela a acusação de chefiar rituais satânicos usando os órgãos genitais de crianças. Até hoje a série de ocorrências repercute no município, mas sobre o caso ainda paira uma nuvem de silêncio e desinformação.

**SOBREVIVENTES**

Do total de 14 meninos vitimados pelo grupo criminoso, seis foram assassinados com mutilação dos órgãos sexuais e cinco continuam desaparecidos até hoje. Havia a suspeita de que estavam envolvidas nos rituais, além de Valentina, várias pessoas influentes da área empresarial e política de Altamira. Apenas três garotos sobreviveram, embora também tenham tido os órgãos sexuais mutilados. As vítimas tinham entre 8 e 14 anos de idade. Nos julgamentos, o Tribunal do Júri decidiu, por seis votos a um, absolveu Valentina de Andrade. Apenas cinco dos casos foram a julgamento, sendo três homicídios e duas tentativas de assassinato.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



## JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

[www.facebook.com/luiz.f.costa.37](https://www.facebook.com/luiz.f.costa.37)

lflmcosta@gmail.com

### TRT8 APOIA A CAMPANHA "ADVOCACIA SEM ASSÉDIO" NAS VARAS DO TRABALHO

O Comitê de Incentivo à Participação Feminista do TRT8 e a Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual do Trabalho do BPPR, junto à Comissão de Mulher Advogada do CRB-PA, reuniram-se no 15º/12, com o presidente do Tribunal, desembargador Marcus Augusto Usadi Maia e a vice-diretora da Seção de Conciliação, para apoiar a Campanha "Advocacia Sem Assédio", que combate os assédios moral e sexual nas varas. No mesmo Tribunal, os membros também se reuniram para discutir as varas de direitos do trabalho, incluindo a área de assédio moral e sexual.



### Obra em homenagem a presidentes de Tribunais é inédita

O Instituto Brasileiro de Direito Público e Privado (IBDDP), presidido pela advogada Denise Mendes, concebeu uma iniciativa inédita: organizar uma obra em homenagem às mulheres que presidiram ao mesmo tempo dois tribunais brasileiros, na gestão e no cargo no mesmo destino. Lançamento do livro ocorreu dia 14/12 no Palácio Faria Lima, com a presença de várias personalidades jurídicas e autoridades locais. Na foto, Denise e Gustavo Mendes, marido da autora do livro, aparecem com Camilo Corrêa, vice-presidente do CRB-PA, que apoiou o evento.

### Corregedoria Geral da PM absolve Policiais Militares

Dois policiais militares (PMs) da 9ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) foram absolvidos pela Corregedoria Geral da PMPA pelo crime de homicídio tentado cometido em junho de 2019 em Altamira. A decisão foi publicada dia 29/12 no boletim de gestão da corregedoria. Na decisão, a Corregedoria Geral da PMPA determinou o arquivamento dos autos diante da ausência de provas, mantendo os militares nas fileiras da corporação. A defesa dos militares ficou a cargo dos advogados Joaquim Freitas e Ronaldo Cascaes (foto), do Escritório Freitas Netto Cascaes Advocacia.



### Funpapa recebe comenda de Promoção de Justiça Social

A Prefeitura de Belém, por meio da Fundação Papa João XXIII (Funpapa), foi agraciada dia 15/12 com a Comenda de Promoção de Justiça Social do Programa Escravendo e Resolvendo Nossa História (Peruol). O programa é uma parceria do Ministério Público do Trabalho (MPT) com a Funpapa. O presidente da Funpapa, Alêto Costa, recebeu a comenda em nome da fundação, que atua no Peruol com a inserção e remoção no mercado de trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade, além de apoiar qualificação e inserção profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade.

### Advogada paraense empessada em comissão da ABA

A advogada Henrich Anjae Elias Mendes, especialista em Direito Médico, tomou posse na Comissão de Direito Médico - Regional Nordeste Associação Brasileira de Advogados (ABA), com o objetivo de integrar advogados atuantes na área, ampliando o debate na resolução de casos.



### Seminário promove igualdade étnico-racial e comissão entrega menção

A Comissão de Defesa e Promoção da Igualdade Étnico-Racial do CRB-PA promoveu em novembro passado o 1º Seminário de Promoção da Igualdade Étnico-Racial, com o tema "Mulheres Africanas e Afro-brasileiras: História e Atualidade". O evento foi realizado no Palácio Faria Lima, com a presença de várias personalidades jurídicas e autoridades locais. Na foto, a comissão entrega a menção a uma das participantes do evento.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)